

1.

O PATRIMÓNIO PRÉ-HISTÓRIA, MEGALÍTICO E ARTE RUPESTRE

1.2

MONUMENTOS MEGALÍTICOS DO ALTO MINHO. A MODELAÇÃO DE UMA PAISAGEM MILENAR

Ana M. S. Bettencourt* Luciano Vilas Boas**

MEGALITISMO: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os monumentos megalíticos com câmaras e corredores, construídos com grandes esteios e, por vezes, com inúmeros blocos usados nos contrafortes e couraças pétreas superficiais, correspondem às primeiras manifestações arquitectónicas realizada para marcar de forma definitiva o espaço de vivência das comunidades pré-históricas, dando origem à criação de cenários artificiais e impressionantes. Correspondem a monumentos de grande complexidade interpretativa, de carácter, por vezes, funerário e cerimonial ou apenas cerimonial.

Trata-se de um fenómeno atlântico que emerge e se desenvolve entre o 5º e o 4º milénios a.C., ou seja, no Neolítico, tendo perdurado nalgumas regiões para o 3º milénio a.C.. Resulta de uma ideologia que circula pelo mundo atlântico litoral, tendo sido adotada, de forma específica, por diferentes comunidades de agricultores e ou pastores, motivo pelo qual se detetam, em cada região, particularidades, também percebidas a nível intrarregional.

No Noroeste Ibérico conhecem-se dois grandes grupos de monumentos megalíticos: os menires e os monumentos ditos funerários.

Os primeiros correspondem a monólitos verticais, mais ou menos afeiçoados, de diferentes dimensões que distinguem, marcam ou celebram lugares de importância coletiva, certamente com multiplicidade de significações mágico-rituais: simbologia astral; cultos de fertilidade; marcação física e simbólica de territórios de grande significação coletiva; representação de divindades ou de ancestrais, entre outros.

Os segundos, popularmente designados por mamoas ou eruditamente por antas, antelas ou dólmenes, são compostos por câmaras cobertas por



* Doutora e Agregada em Arqueologia. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), Departamento de História da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Braga, Portugal. E-mail: anabett@uaum.uminho.pt

** Arqueólogo. Doutorando de Arqueologia na Universidade do Minho, bolsheiro da FCT (ref. 2020.07121.BD. E-mail: lucianomvb@gmail.com)

montículos artificiais, resultantes de acumulações de blocos pétreos e de sedimentos ou só de sedimentos compactados, provavelmente pela ação do fogo. As áreas fronteiras à entrada das criptas funerárias eram precedidas por átrios. Nas câmaras ter-se-iam efetuado enterramentos coletivos sucessivos, sendo os mortos acompanhados de oferendas, normalmente recipientes cerâmicos e artefactos líticos. Estas estruturas seriam encerradas ao fim de um determinado tempo, sendo os átrios colmatados com blocos pétreos. Os atos de encerramento eram acompanhados de inúmeras oferendas. Supõe-se que estes monumentos, sendo construídos por muitas pessoas, seriam planeados e usados apenas por um grupo restrito, indiciando que as sociedades do Neolítico teriam, provavelmente, uma hierarquia social de tipo horizontal.

Os atos de reavistação destes monumentos, perceptíveis, essencialmente, através de depósitos de recipientes cerâmicos e objetos metálicos e, por vezes, de restos humanos, foram uma realidade durante, pelo menos, os 3º e 2º milénios a.C., ou seja, durante o Calcolítico e a Idade do Bronze. Tal indicia ações simultaneamente sepulcrais e religiosas perpetradas no tempo. Estas reavistações podem interpretar-se como forma de apropriação simbólica dos monumentos do passado, embora para que tal se verificasse estes teriam que continuar a ter grande significação social na paisagem de então.

O MEGALITISMO NO ALTO MINHO

O megalitismo no Alto Minho é mal conhecido, situação que resulta de vários factores. Em primeiro lugar, muitos menires foram deslocados do seus sítios originais, sendo aproveitados como elementos de construção em muros e habitações. Tal é o caso do menir do Sobradelo, freguesia de Duas Igrejas, Vila Verde, e do menir da Aldeia, na freguesia da Montaria, Viana do Castelo, detectado aquando da destruição de uma antiga casa de pedra. A propósito deste monólito deve referir-se que mesmo incluído na padieira de uma habitação, os moradores tocavam na pedra antes de entrar em casa porque isso lhes dava sorte (Bettencourt, 2009), reflexo inequívoco da manutenção de um animismo primitivo, onde as "pedras" tinham propriedades, neste caso, benéficas.

Devem destacar-se os menires que parecem estar *in situ* ou, pelo menos, muito próximos da sua área primitiva de implantação. São o da Portela do Pau, na freguesia de Castro Laboreiro, em Melgaço¹ e o Marco da Anta, na freguesia de Germil, em Ponte da Barca (Fig. 1), com 1,65 m de altura visível (Silva *et al.* 1989).

No contexto do Alto Minho estão inventariados centenas de monumentos megalíticos "funerários" (Pereira, 1903; Viana, 1932; Sarmento, 1933; Jorge, 1982,



1 - Atualmente inserido em território galego, dada a alteração da fronteira Espanhola sobre o olhar impassível das autoridades portuguesas. Veja-se a este propósito a Carta Militar de Portugal, nº 5, dos inícios do séc. XX.

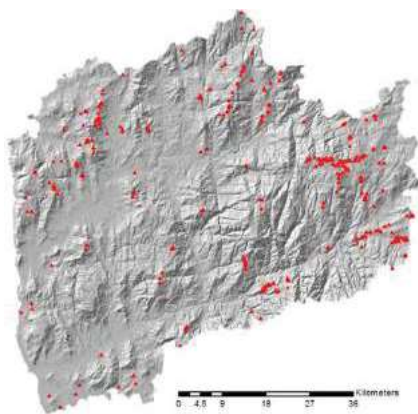
Fig.1.

Menir do Marco da Anta, Ponte da Barca, com cruciformes, eventuais marcas de propriedade ou de divisão de territórios².



Fig.2.

Distribuição de monumentos megalíticos nas bacias fluviais dos rios Minho e Lima, segundo Sousa (2012).



2 - Fonte das fotografias: (<http://asnotasparaomeu-diario.blogspot.com/2015/06/o-menir-marco-de-anta-germil-ponte-da.html>)

1997a; Maciel, 2003, Sousa, 2012, entre outros), tendo a maioria sido violados desde cedo para aproveitamento dos esteios das câmaras e dos corredores ou na busca de hipotéticos tesouros (Fig. 2).

Um vasto número foi explorado por Leite de Vasconcelos e por Martins Sarmiento (ou com o seu conhecimento) sem que fosse utilizado qualquer metodologia científica, sendo apenas significativa a arquitetura das câmaras e a obtenção de peças destinadas a aumentar coleções museológicas. Tal foi o caso, por exemplo, do conhecido dólmen da Barrosa ou Lapa dos Mouros, na freguesia de Vila Praia de Âncora, da Anta do Pinhal do Santo ou dólmen de Vile, da Antela da Ereira, da Antela do Maruco das Águas e das Antas do Monte de Santo Antão, todas em Caminha, de algumas das Mamoas de Chã de Lamas, na freguesia de São Martinho de Vascões, em Paredes de Coura, bem como da Antela da Ereira, na freguesia de Afife, em Viana do Castelo (Sarmiento, 1882, 1933; Vasconcelos, 1909; Cardoso, 1947; Cunha, 1979).

Com exceção da nova escavação de Castro-Nunes (1951: 197, 1955) no dólmen da Barrosa, onde o autor lamenta o facto de não poder realizar "qualquer trabalho sério de estratigrafia" por "se encontrar totalmente remexido o interior do dólmen", as escavações cientificamente conduzidas irão verificar-se a partir da década de 80 do séc. XX. Realizam-se nas Mamoas do Alto da Portela do Pau 1, 2, 3 e 6 (Jorge *et al.*, 1997; Jorge e Alonso Mathias, 1997, 1999) e do Batateiro, ambas em Melgaço (Silva, 2003); nas Mamoas das Motas 1, 2, 3 e 4, Monção (inéditas); na Mamoas da Aspra em Caminha (Silva, 1989a; 2003), nas Mamoas da Ereira (Silva, 1988, 1991, 1992, 1994, 1997, 2003), do Monte da Ola (Sousa, 1988), de Lordelo de Cima/Chafé (Silva, 1994, 2003), de Alvarães 1, 2 e 3 (inéditas), da Pedreira ou S. Romão do Neiva (Silva, 2003; Maciel, 2003), todas em Viana do Castelo; nas Mamoas de Faldejães (Silva, 2003) e da Arca (inédita), ambas em Ponte de Lima; das Mamoas 2, 5 e 6 do Mezio, Arcos de Valdevez (Soares, 2000, 2005; Portal do Arqueólogo CNS 16372) e na Mamoas da Bouça da Mó 2, São Bento de Balugães, Barcelos, do lado norte da bacia do Neiva (Magalhães, 2016: 77-78).

Apesar do número significativo de escavações, desconhecem-se publicações monográficas tendo a maioria destes monumentos sido descritos de forma sumária ou apenas referenciados. No decorrer destes trabalhos não se escavaram as áreas fronteiras aos seus corredores nem as áreas circundantes, com exceção das escavações realizadas recentemente na Chã da Mourisca, em Ponte de Lima (Vilas Boas e Oliveira, 2018) apesar de ser do conhecimento público que estes monumentos são apenas a face visível de lugares onde são recorrentes ações desenvolvidas em seu redor, quer por comunidades neolíticas, quer por outras que frequentaram, consagraram ou alteraram o sentido primitivo destes espaços

(Vilaseco Vázquez, 2006; Sanches, 2008-2009; Fábregas Valcarce e Vilaseco Vázquez, 2013; Bello Diéguez *et al.*, 2013; Bettencourt, 2013).

Assim, o quadro crono-tipológico do megalitismo do Alto Minho está por fazer, inviabilizando a sua inserção nas novas problemáticas europeias sobre cronologia e inter-relações atlânticas ou peninsulares (Schulz Paulsson, 2019).

Desconhecem-se, também, dados sobre a biografia destes monumentos, ou seja, o seu tempo de utilização no Neolítico e a sua visitação posterior. Escasseiam, igualmente, interpretações sociais e simbólicas sobre este fenómeno, apenas esboçadas com base na orientação dos monumentos e na iconografia de alguns motivos gravados, pintados ou gravados e pintados (Bettencourt, 2013). Também escasseiam tentativas de articulação destes sítios com outros seus contemporâneos, nomeadamente com os menires e a arte rupestre dos estilos atlântico e esquemático, pertinentes se se considerar a hipótese de que seriam fenómenos genericamente contemporâneos (Bueno e Balbin, 1996; Sanches, 2002; Alves 2003).

Na ampla escala de análise, conhecem-se, contudo, alguns aspectos relativos à distribuição espacial, às arquiteturas, às grafias gravadas e pintadas e algumas (raras) práticas funerárias, materializadas pelas oferendas, o que é redutor atendendo às particularidades de cada monumento e ao facto de que cada um deverá prefigurar uma determinada comunidade ou um conjunto de determinadas comunidades ligadas por laços identitários.

De uma forma geral pode dizer-se que estes monumentos surgem quer em áreas litorais quer de altitude (Silva, 2003; Sousa, 2012), frequentemente agrupados, formando grandes necrópoles que terão sido construídas durante mais de mil anos (Jorge, 1987). Exemplos dessas grandes necrópoles encontram-se, ainda, no planalto de Castro Laboreiro, em Melgaço (Fig. 3); na Chã do Marco da Quebrada, em Valença; na Chã do Mezio, em Arcos de Valdevez e na da Chã de Britelo-Mosteirô, em Ponte da Barca. Apesar de mais modesta deve referir-se, ainda, a necrópole de Chã de Lamas, em Paredes de Coura (Silva e Félix, 1992).

No âmbito da construção de um parque industrial foi sacrificado um importante núcleo megalítico, o da Motas, em Troporiz, Monção, que tinha a particularidade de ficar em contexto de vale³. Há também monumentos isolados (Jorge, 1987), quase sempre em áreas de grande visibilidade para o exterior.

Em relação à cronologia destas construções conhecem 16 datas de C14 mas apenas para as Mamoas 1, 2 e 3 do Alto da Portela de Pau (Jorge e Alonso, 1997, 1999; Jorge *et al.*, 1997). Estas indiciam a construção e uso destas estruturas entre

Fig.3.

Conjunto megalítico do Alto da Portela do Pau, Castro Laboreiro, Melgaço.



3 - Apesar de alguns monumentos terem sido escavados no âmbito da arqueologia empresarial, há cerca de cinco anos, nada foi publicado sobre o assunto.

os finais do 5º e os inícios do 4º milénios a.C. Com base em paralelos estabelecidos com os referidos monumentos, Soares (2000: 373; 2005), considera a Mamoia do Mezio 6, Arcos de Valdevez, como tendo sido construída na segunda metade do 5º milénio a. C.

Em termos arquitectónicos, os vários monumentos escavados demonstram a existência de grande diversidade, dimensões e alturas das câmaras funerárias. Estas podiam ser abertas ou com vestíbulo (Mamoias 2 do Alto da Portela do Pau, do Batateiro e do Mezio 6) (Fig. 4); com câmara e corredor indiferenciado em planta e alçado (Mamoia da Ereira) (Fig. 5); com câmara e corredor curto, indiferenciado em planta (Mamoia 1 do Alto da Portela do Pau) ou com câmara e corredor médio, indiferenciado em planta (dólmen da Barrosa, em Caminha, e Mamoia da Pedreira ou de S. Romão de Neiva 1) (Fig. 6). Em relação à altura interior das câmaras, conhecem-se monumentos entre 1,80 m (Mamoia da Ereira) e 2,80 m (dólmen da Barrosa). Sabe-se, ainda, que na Mamoia do Poço da Chã, existente no Monte de Santo Antão, em Caminha, o corredor foi pavimentado com um "ladrilho" que se prolongava por "alguns palmos à orla da mamoa" (Sarmiento, 1933: 95) e que a Mamoia 1 do Alto da Portela do Pau foi construída sobre um lajeado basal (Jorge *et al.*, 1997).

A Mamoia da Aspra, em Caminha, com câmara em fossa cortada no terraço fluvial onde foi construída, e montículo totalmente composto por sedimentos, será provavelmente já do Calcolítico, pelo facto de apresentar apenas materiais cerâmicos do 3º milénio a.C. (Lopes e Bettencourt, 2017).

Em redor das câmaras ou das câmaras e dos corredores foram construídos amontoados de blocos e de seixos angulosos, com a finalidade de contrafortar aquelas estruturas, de contribuir para a sua maior impermeabilização e de conferir maior volume aos monumentos. Estes contrafortes foram, posteriormente, cobertos de forma diversificada, de modo a formarem um montículo artificial cujo contorno, circular ou oval, se assimilaria a uma forma de revelo. No litoral, a finalização destes montículos, que popularmente se designam por mamoias, foi frequentemente realizada apenas por sedimentos endurecidos (Silva, 2003). No entanto, a maioria parece ter sido terminada através de diversas combinações de blocos pétreos e de sedimentos.

Todas estas estruturas, embora realizadas com matéria prima local, revelam um enorme investimento construtivo o que implicou planeamento, coordenação dos trabalhos e disponibilidade de mão de obra, numa complexidade de ações que só teria sido possível no âmbito de comunidades com hierarquia social.

Fig.4.

Câmaras abertas com vestíbulo das Mamoias do Batateiro, Melgaço, e 6 do Mezio, Arcos de Valdevez⁴



4 - Fotografia do Website <https://www.portoenorte.pt/pt/o-que-fazer/nucleo-megalitico-do-mezio/>

Fig.5.

Mamoia da Ereira vista a partir do esteio de cabeceira, tombado para o interior da câmara (Silva 1992).



Fig.6.

Anta da Barrosa ou Lapa dos Mouros⁵



5 - Fotografia do website da Câmara de Caminha disponível em https://www.cm-caminha.pt/pages/1218?news_id=105

Quanto ao tempo de trabalho estimado para a sua construção, estamos de acordo com as hipóteses defendidas por Sanches (2008-2009: 26-27) de que o processo construtivo pode ter durado "meses ou até, eventualmente, mais do que um ano" e que nele poderiam ter participado pessoas de diferente estatuto social, embora, provavelmente poucas tenham sido aí depositadas.

Alguns destes monumentos ostentam câmaras e os corredores gravados ou pintados. Embora faça sentido que as arquiteturas e grafias se devam ler em conjunto por fazerem parte de um *design* indissociável (Jorge, 1997b), a falta de publicações exaustivas relativas aos monumentos escavados no Alto Minho, impede uma visão holística sobre o assunto (Fig. 7).

Neste âmbito destacam-se dois monumentos pela profusão de motivos gravados e pintados (a vermelho e negro): o da Portela de Pau 2 (Baptista, 1997) (Fig. 8) e o da Ereira (Silva, 1988, 1991, 1992, 1997, 2003; Oliveira *et al.*, 2017). Os motivos correspondem a linhas quebradas ou onduladas, serpentiformes, soliformes, antropomorfos, motivos circulares, etc.

Trabalho recente sobre os pigmentos encontrados num esteio da Mamoa da Ereira conseguiram determinar quais as matérias-primas escolhidas e a "receita" para que pudessem servir como tinta. Verificou-se que, em associação com a hematite, foram usados quer ovos quer algas e/ou plantas aquáticas como aglutinante, neste caso aquecidas ou cozidas (Oliveira *et al.*, 2017).

As grafias feitas para serem vistas apenas por quem deposita os cadáveres no interior das criptas ou pelos mortos (caso se acreditasse numa vida após a morte) acentuam o carácter cenográfico e esotérico dos cerimoniais associados aos mortos e aos seus espíritos. É impossível saber que "estórias" contam, embora as várias representações de soliformes, associadas a uma tendência para a orientação das entradas das câmaras funerárias para este e sudeste, permite colocar a hipótese da existência de interligações entre as concepções da morte e os ciclos solares. (Bettencourt, 2013).

Bueno e Balbin (2006: 176 e segs.) inseriram as grafias expressas nestes monumentos na arte esquemática de ar livre, embora reconhecendo que a sua particularidade reside no facto de os motivos estarem vedados à maioria dos membros da comunidade. Segundo estes autores, tal pode considerar-se, também, como elemento de diferenciação social dos que aqui eram enterrados apenas os mais prestigiados.

A ausência de restos humanos nestes túmulos é a norma, não porque não existissem no passado mas porque a maioria dos solos do Alto Minho tem uma

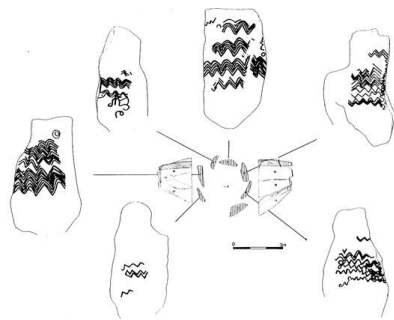
Fig.7.

Gravuras num dos esteios da Lapa da Moura ou Chão de Cabanos 1, Britelo, Ponte da Barca.



Fig.8.

Gravuras dos esteios do Alto da Portela do Pau 2, Castro Laboreiro, Melgaço segundo Baptista (1997).



6 - No entanto, na Mamoa de Lordelo de Cima /Chafé foram exumados restos humanos, nomeadamente um fragmento de calote e de um maxilar (Silva, 2003).

acidez acentuada levando à sua rápida destruição⁶. Assim, grande parte das práticas funerárias é interpretada através das oferendas depositadas nestes contextos, embora raramente estes se tenham encontrado *in situ* devido às inúmeras violações que estas estruturas sofreram ao longo dos tempos. Assim sendo, a interpretação destes artefactos faz-se através das suas características, matérias-primas e dos seus modos de fabrico.

De uma forma geral pode-se afirmar-se que as populações mais próximas dos litoral e dos vales agrícolas depositavam maior número de oferendas neste tipo de monumentos do que as de áreas serranas (Silva, 2003), o que parece ser recorrente no Baixo Minho e no Douro Litoral. Tal foi interpretado por Silva (2003) como uma característica cultural. Também é provável que as comunidades destes dois ecossistemas se pautassem por distintos modo de vida, podendo as do litoral ser mais sedentárias, no que resultaria um maior número de oferendas aos mortos, e as do interior mais vinculadas à pastorícia e a um modo de vida com maior mobilidade, o que justificaria a menor quantidade de oferendas depositadas junto dos mortos (Bettencourt, 2013). Tal hipótese necessita de ser confirmada com maior conjunto de dados e com a escavação de povoados deste período, desconhecidos na área em análise.

A uma macro escala de análise sabe-se que era usual fazer acompanhar os mortos de artefactos líticos e cerâmicos, o que poderá evidenciar uma crença numa vida além da morte, pois os objetos encontrados, se bem que elaborados expressamente para os mortos por não terem sinais de uso (pelo menos os líticos), parecem funcionar como mnemónicas de ações da vida diária. Referimo-nos a atividades como a agricultura, recolção ou pesca onde os micrólitos geométricos (elementos de artefactos compostos em osso ou madeira) se poderiam ter usado; como a caça, sugerida pelas pontas de seta; o corte de diversos produtos ou desmanche de animais a que se podem associar lâminas e lamelas; o abate de ramos e de árvores, ou seja, a exploração do bosque, a que se associam os machados e as enxós. As goivas, sempre raras, associam-se, ao trabalho da madeira, enquanto as inúmeras lascas e fragmentos de sílex remetem para o fabrico de utensílios líticos, assim como os pequenos percutores, embora estes objetos também possam ter sido usados noutras tarefas. Este conjunto de depósitos líticos parece, assim, dotar os mortos de diferentes utensílios capazes de lhes possibilitar a "existência" numa outra vida. É provável que os recipientes cerâmicos tivessem a mesma função, podendo ser contentores de alimentos para a viagem dos mortos. No entanto, também é possível colocar a hipótese de que poderiam corresponder a restos de cerimónias de comensalidade que se fariam no momento do funeral ou mesmo a restos de deposições feitas em momentos posteriores, no contexto da revisitação destes sítios.

Seixos rolados, inteiros ou fragmentados, e cristais de quartzo eram igualmente recorrentes nestes contextos, associando os mortos às suas áreas de origem (margens ribeirinhas ou mares, no caso dos seixos) ou às suas propriedades numa perspetiva animista do mundo. O valor simbólico da propriedade das matérias com que eram realizados os artefactos líticos também se pode inferir através do uso frequente dos mesmos materiais no fabrico de determinados utensílios líticos. Refiram-se, por exemplo, as pontas de seta fabricadas com materiais locais (quartzos e xistos), mas também com vários tipos de sílex de diversas proveniências e de origem forânea, o que revela intercâmbio com o mundo meridional, provavelmente com o litoral Centro de Portugal, onde esta matéria existe abundantemente, como na região de Cantanhede (sílex do jurássico), na Formação das Queridas em Vagos-Mira (sílex paleogénico) e na região da Carpalhosa-Leiria ou da Nazaré (sílex cretácico)⁷.

Os monumentos do Alto Minho que forneceram maior número de artefactos foram a Mamoa de Lordelo de Cima, em Chafé (Silva, 1994, 2003), a Mamoa da Pedreira ou de S. Romão de Neiva 1 e a de Ereira (Silva, 1988), todas em Viana do Castelo, e a Mamoa do Mezio 6, nos Arcos de Valdevez (Soares, 2000).

De destacar no âmbito das práticas a existência de restos de lareiras em frente à entrada da Mamoa 2 do Alto da Portela do Pau, antes da sua condenação ou encerramento (Jorge *et al.*, 1997), indiciando a importância do fogo no âmbito das práticas funerárias.

Depois de encerrados no Neolítico, estes monumentos ou os mortos aí enterrados, cujo valor simbólico se terá perpetuado através de diferentes mecanismos de transmissão da memória, continuaram significantes para as comunidades que habitaram posteriormente o território, pelo menos até à Idade do Bronze, ou seja, até aos inícios do 1º milénio a.C.. Durante cerca de dois mil anos foram revisitados, sendo depositados nas suas câmaras, corredores e montículos, raros recipientes cerâmicos e armas em cobre, artefactos que tanto poderão traduzir deposições como oferendas a novos mortos (Bettencourt, 2010).

A Mamoa das Motas 1⁸, de Lordelo de Cima/Chafé, da Pedreira /S. Romão de Neiva 1 (Silva, 2003), do Alto da Portela do Pau 1 (Jorge *et al.*, 1997) e da Bouça da Mó 2 (Magalhães, 2016), são aquelas onde este fenómeno se tornou mais evidente, com deposições de recipientes campaniformes, de tipo Penha, tronco-cónicos, de bordo horizontal, entre outros.

Fenómenos de reutilização, associados à frequente utilização dos espaços envolventes aos monumentos megalíticos para a construção de fossas, sepulturas planas, etc., e que estão a ser alvo de projeto de investigação desenvolvido por



7 - A este propósito veja-se o trabalho de Cruz *et al.* (2014).

8 - Segundo conferência proferida por Rui Ramos na Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulada "Os Monumentos sob tumuli das Motas [Monção]", em 9 de novembro de 2016.

Fig. 9.

Exemplo de boas práticas no núcleo megalítico do Alto da Portela do Pau, Melgaço.



um dos signatários deste trabalho (LVB), terão contribuído, igualmente, para adicionar novas histórias a estes lugares ancestrais mantendo-os estruturantes na paisagem do Alto Minho, ao longo de milhares de anos. Um bom exemplo deste caso é a área envolvente à Mamoia da Chã da Mourisca, em Refóios do Lima, Ponte de Lima, onde foi escavada recentemente uma sepultura plana que continha o depósito de um vaso de bordo horizontal (Vilas Boas e Oliveira, 2018).

A existência de topónimos ou de lendas associadas a estes monumentos e lugares, corresponde, igualmente, a uma perduração da sua importância até épocas históricas bem recentes, tendo muitos deles servido para divisórias de freguesias, concelhos ou países. Veja-se, por exemplo, o caso da Anta ou Antela da Cruz Vermelha, na área de divisão de três concelhos (Ponte de Lima, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez) e a da Mota Grande, o maior monumento do Alto da Portela do Pau, no planalto de Castro Laboreiro, em Melgaço, que na primeira metade do séc. XX servia de marco de fronteira entre Portugal e Galiza.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O conhecimento do megalitismo no Alto Minho é ainda muito deficitário, sendo necessário um investimento sério no seu inventário e estudo para que possam integrar os Planos Diretores Municipais e se possam tornar uma mais valia patrimonial. Ignorar este problema é contribuir para a sua destruição acentuada motivada por arroteamentos, florestação, avanço de pedreiras, urbanizações, construções de parques industriais, etc.

Os monumentos megalíticos que povoam o espaço do Alto Minho desde há 6000 mil anos, são um fenómeno atlântico, embora com especificidades que urge compreender face a outras áreas com este tipo de manifestações, como a Bretanha francesa, onde estes monumentos se tornaram um verdadeiro produto âncora do Turismo Cultural francês.

Par que tal possa acontecer há ainda um longo percurso a percorrer. Faltam estudos sistemáticos e interdisciplinares sobre os materiais encontrados nas antigas escavações, estudos sistemáticos e interdisciplinares sobre gravuras e pinturas existentes nos esteios destes monumentos, datações por C14, estudo sistemático e interdisciplinar das estruturas em redor dos monumentos megalíticos, divulgação científica e didática dos conhecimentos, restauro e valorização interdisciplinar dos sítios a valorizar com respectiva sinalização (Fig. 9), monitorização permanente, criação de Centros Interpretativos e de Acolhimento dos Visitantes, existência de discursos expositivos e informativos cientificamente validados e estratégias e linguagens comuns, entre municípios,

de divulgação e marketing. Cabe ainda salientar que se está a perder o inúmero património imaterial associado ao fenómeno do megalitismo, materializado em diversas lendas que, na memória popular, possibilitam a sua integração nas paisagens rurais.

De salientar as boas práticas iniciadas pelos municípios de Caminha, Melgaço e Arcos de Valdevez que urge continuar, monitorizar e promover, dando especial atenção não apenas aos monumentos mas, também, à preservação dos contextos em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, L. (2003). The movement of signs – Pos-glacial rock art in North-western Iberia. Reading: Universidade de Reading (Tese de doutoramento–*policopiada*).
- BAPTISTA, A.M. (1997). Arte megalítica no planalto de Castro Laboreiro. *Brigantium*, 10, p. 191-216.
- BELLO DIÉGUEZ, J.M.; LESTÓN GÓMEZ, M.; PRIETO MARTINEZ, M.P. (2013). The Dolmen of Dombate in its bell beaker phase. Ceramics styles and occupation of space. *in* M.P. Prieto-Martinez, L. Salanova (eds.), *Las comunidades campaniformes en Galicia*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra, p. 21-30.
- BUENO, P.; BALBÍN, R. (2006). Arte parietal megalítico en la Península Ibérica. *In* F. Carrera Ramirez; R. Fábregas Valcarce (eds.), *Arte Parietal Megalítico en el Noroeste peninsular. Conocimiento y conservación*. Santiago de Compostela, p. 153-212.
- BETTENCOURT, A.M.S. (2009). *A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze*, *in* P. Pereira (coord), *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, p. 70-113.
- BETTENCOURT, A.M.S. (2010). La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerarias. *Trabajos de prehistoria* 67 (1), p. 139-173.
- BETTENCOURT, A.M.S. (2013). *A Pré-História do Noroeste Português / The Prehistory of the North-western Portugal*. Territórios da Pré-História em Portugal, vol. 2, Braga/Tomar: CEIPHAR/CITCEM (E, Bilingue).
- CARDOSO, M. (1947). *Correspondência epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CASTRO-NUNES, J.C. (1951). Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora). *Revista de Guimarães*, 61 (1-2), p. 196-204.
- CASTRO-NUNES, J.C. (1955). Escavações no dólmen da Barrosa (Âncora). *Revista de Guimarães*, 65 (1-2), p. 154-159.
- CRUZ, C., BETTENCOURT, A.M.S.; CALLAPEZ, P.M.; SILVA, L.M.C.; Monteiro-Rodrigues, S. (2014). *Materiais de construção e materiais líticos nas práticas funerárias neolíticas da Serra da Boa Viagem (Centro-Oeste de Portugal)*. O caso do monumento megalítico do Cabeço dos Moinhos, Figueira da Foz. *in* A.M.S. Bettencourt, B. Comendador, H. A. Sampaio, E. Sá (eds), *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria*, Braga: APEQ/CITCEM, p. 9-32.
- CUNHA, N.A. (1979). *No Alto Minho - Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal (2ª edição).
- FÁBREGAS VALCARCE, R. e VILASECO VÁZQUEZ, X.I. (2013). *From West to West*. The many lives of the Galician mounds, *in* O' Sullivan, M.; Scarre, C.; Doyle, C. (eds.), *Tara - From the Past to the Future*. Dublin: Wordwell, 502-514.
- JORGE, V.O. (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal. O distrito do Porto – os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de doutoramento – policopiada).
- JORGE, V.O. (1997a). Mamoas do Norte de Portugal: Estado da questão em 1981. I. Minho e Trás-os-Montes. *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 14, p. 603-656.
- JORGE, V.O. (1997b). Questões de interpretação da arte megalítica. *Brigantium*, 10, p. 47-65.
- JORGE, V.O.; ALONSO MATHIAS, F. (1997). Datações pelo radiocarbono para as Mamoas 1, 2 e 3 do Alto da Portela do Pau. *in* V.O. Jorge, E.J. L. Silva, A.M. Baptista; S.O. Jorge. *As Mamoas do Alto da Portela do Pau Castro Laboreiro (Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*. Porto: SPAE, p. 123-125.
- JORGE, V.O.; ALONSO MATHIAS, F. (1999). Datações das Mamoas do Alto da Portela do Pau (Planalto de Castro Laboreiro, concelho de Melgaço). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 39 (1-2), p. 244-252.
- JORGE, V.O.; SILVA, E.J.L.; BAPTISTA, A.M.; JORGE, S.O. (1997). *As Mamoas do Alto da Portela do Pau Castro Laboreiro (Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*. Porto: SPAE.

Título

Viagem no Tempo
História e Património Cultural do Alto Minho

Coordenação

Álvaro Campelo. Centro Cultural do Alto Minho

Edição

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Local de Edição

Viana do Castelo

Data da 1ª Edição

2021

Design

Gráfica Casa dos Rapazes

Capa

Diogo Reina

Impressão e acabamentos

Gráfica Casa dos Rapazes

Tiragem

500 exemplares

Dep. Leg.: 484472/21

ISSN: 978-989-54418-3-9



Todos os direitos reservados.

A reprodução total ou parcial dos textos e imagens carece da aprovação prévia e expressa dos autores e da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.